

Cerca de 1.200 observadores internacionais nas eleições multipartidárias de Outubro

Mil e duzentos observadores internacionais irão acompanhar as primeiras eleições multipartidárias de Outubro próximo, deu a saber Ronald Dreyer, chefe-adjunto da Divisão Eleitoral da Operação das Nações Unidas em Moçambique.

Presentemente encontram-se no País 148 observadores internacionais, que a semana passada começaram a acompanhar o processo de registo de cerca de 8,5 milhões de potenciais eleitores moçambicanos.

«O nosso papel é contribuir para criar as condições para a realização de eleições livres e justas», indicou Dreyer.

«A filosofia é também aumentar a confiança no processo (eleitoral) por parte dos partidos e da população», acrescentou o chefe-adjunto da Divisão Eleitoral da Onumoz.

Para isso, as Nações Unidas observarão todo o processo eleitoral, desde o registo dos eleitores até à votação, passando pela campanha eleitoral.

As Nações Unidas acompanham igualmente o pro-

cesso eleitoral através da sua Polícia Civil (CIVPOL), que começou a ser distribuída pelo país, incluindo desde quarta-feira as áreas sob controlo da Renamo.

Dos 148 observadores presentes, 130 encontram-se espalhados pelas 10 províncias de Moçambique, segundo Dreyer. Serão estes que acompanharão o recenseamento e a campanha eleitoral, subindo o seu número, por altura das eleições, para 1.200.

Basicamente, segundo explicou o funcionário da ONU, o papel dos observadores é de zelar pelo respeito da Lei Eleitoral moçambicana.

Dreyer exemplificou com o respeito pelo direito dos cidadãos, com capacidade eleitoral, a serem inscritos nos cadernos eleitorais e a receberem o cartão de eleitor.

No caso da detecção de irregularidades ou da apresentação de denúncias de irregularidades aos observadores, estes comunicá-las-ão à sua divisão eleitoral, que as fará chegar à Comissão Nacional de Eleições.

«Não temos competência para tomar decisões», explicou Dreyer, sublinhando que a CNE moçambicana é «soberana».

Os observadores terão também nesta fase um papel nas campanhas de educação cívica, cuja responsabilidade pertence igualmente à CNE, que tem espalhados pelo país 1.600 agentes ligados ao processo que acompanham as brigadas de recenseamento eleitoral.

A Divisão Eleitoral da ONU pretende também oferecer aquilo que Dreyer classificou como os seus «bons ofícios» na organização do processo eleitoral, entendendo isto como uma «ajuda qualitativa» e não material.

Nessa linha, segundo Dreyer, a divisão eleitoral vai tentar que os partidos políticos subvertam um «código de conduta» voluntário para vigorar durante a campanha, que começa 45 dias antes das eleições de 27-28 de Outubro e termina 48 horas antes do início da votação.

Como base deste código existe a disposição constante da Lei Eleitoral que

regula as «normas éticas» a serem seguidas durante a campanha e que proíbe o «apelo à desordem insurreição, ou incitamento ao ódio, à violência ou à guerra».